

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1010677-33.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários**
 Requerente: **Valdir Paulino**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

VALDIR PAULINO ajuizou ação contra **BANCO ITAUCARD S/A**, pedindo sua condenação a prestar contas no tocante à alienação extrajudicial do veículo GM/Classic, placas EAR-6270, que fora apreendido na ação de busca e apreensão movida pela instituição financeira.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo em preliminar a falta de interesse processual, haja vista a impertinência da propositura de ação de prestação de contas e a impossibilidade de discussão das cláusulas contratuais nesta ação. No mérito, defendeu que não é depositário e nem administra bens do autor.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

As partes celebraram contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária. O autor deixou de pagar as prestações prometidas, incidindo em mora, fato que ensejou o ajuizamento da ação de busca e apreensão do veículo dado em garantia. O bem foi apreendido e alienado extrajudicialmente pelo réu.

Nesse sentido, é indiscutível o direito do autor de exigir contas acerca da venda do bem, conforme expressamente previsto no art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69: *"No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas"* (g.n.).

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Ademais, ao contrário do sustentado pelo réu, o caso em questão não se adequa ao acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de demanda repetitiva, no qual decidiu que *"nos contratos de mútuo e financiamento, o devedor não possui interesse de agir para a ação de prestação de contas."* (REsp 1.293.558/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 11/03/2015). Isso porque o autor não pretende discutir aspectos relativos ao contrato de financiamento, mas sim o valor obtido na alienação do bem objeto da alienação fiduciária.

Refiro precedente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação de exigir contas. Contrato de alienação fiduciária. Mora do fiduciante que ensejou o ajuizamento da ação de busca e apreensão do veículo. Alienação extrajudicial do bem. Pedido de prestação de contas julgado procedente. Primeira fase. Apelação do réu. Preliminares de falta de interesse de agir e inadequação da via eleita afastadas. Dever do réu, na primeira fase da ação, de prestar contas na forma mercantil sobre o valor apurado com a venda extrajudicial do bem apreendido em ação de busca e apreensão. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO." (Apelação nº 1119608-44.2015.8.26.0100, 18ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Carmen Lucia da Silva, j. 14/11/2017).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu a prestar as contas pedidas, no prazo de quinze dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona do autor fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de janeiro de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA